

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 1 – OS MODELOS DE DOGMÁTICA PENAL DAS PRINCIPAIS TEORIAS DO CRIME COMO CONTRIBUIÇÃO À SISTEMATIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>55</b>
1.1. A dogmática penal no âmbito da teoria causal clássica marcada por uma orientação positivista .....	56
1.2. A dogmática penal no âmbito da teoria causal neoclássica marcada por um dualismo metodológico com subjetivismo na interpretação das categorias penais.....	63
1.3. A dogmática penal no âmbito da teoria finalista orientada pelo critério ontológico-dogmático na interpretação do Direito Penal .....	72
1.3.1. Oposição ao método de interpretação do causalismo neoclássico.....	73
1.3.2. Estrutura e método finalistas de análise das categorias dogmáticas .....	74
1.3.3. Críticas à dogmática finalista .....	79
1.3.4. Estágio atual do finalismo no contexto penal brasileiro .....	82
1.4. A dogmática penal no âmbito da teoria social marcada pela hipervalorização do conceito de ação e complexidade na aposição de categorias da estrutura analítica do crime.....	86
1.5. As teorias funcionalistas com novas linhas de interpretação da dogmática penal.....	93
1.5.1. O funcionalismo teleológico com o reducionismo da dogmática .....	95
1.5.1.1. A terceira via como contribuição do funcionalismo teleológico.....	99

1.5.1.2.	O funcionalismo teleológico com a preponderância dos princípios político-criminais.....	103
1.5.1.3.	O funcionalismo teleológico como insuficiente para conduzir a construção da jurisprudência penal brasileira.....	104
1.5.2.	O funcionalismo sistêmico com a reafirmação de expectativa normativa e a desconstrução de categorias da dogmática penal .....	106
1.5.3.	A proposta do funcionalismo redutor com a sua teoria agnóstica da pena.....	116
1.6.	As propostas da teoria significativa da ação.....	126
1.7.	Quadro sinótico das teorias do crime .....	135

## **Capítulo 2 – A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOGMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA PENAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....**

**137**

2.1.	O predomínio dos princípios e o afastamento da dogmática na atual jurisprudência penal do STF: uma aparente aproximação entre o neoconstitucionalismo e o funcionalismo penal teleológico .....	137
2.1.1.	Decisões ancoradas em princípios com fundamento dogmático deficiente .....	140
2.1.1.1.	Insignificância .....	141
2.1.1.1.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da insignificância .....	146
2.1.1.1.2.	Insignificância no crime de descaminho .....	147
2.1.1.1.3.	Insignificância com efeito paralisante da reincidência .....	151
2.1.1.1.4.	Insignificância em crimes funcionais contra a administração pública.....	167
2.1.1.2.	Proporcionalidade .....	171
2.1.1.2.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da proporcionalidade.....	174
2.1.1.2.2.	Proporcionalidade no crime de receptação qualificada.....	175
2.1.1.2.3.	Proporcionalidade na tentativa de possibilitar o aborto até a 12ª semana da gestação.....	179

2.1.1.2.4.	Proporcionalidade na delimitação do conceito de ato libidinoso para a caracterização do crime de estupro .....	183
2.1.1.2.5.	Proporcionalidade na descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal .....	188
2.1.1.2.6.	Proporcionalidade na extensão do período temporal da reincidência aos maus antecedentes .....	195
2.1.1.3.	Ofensividade .....	198
2.1.1.3.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da ofensividade .....	200
2.1.1.3.2.	Ofensividade no crime de porte de arma de fogo desmuniada .....	201
2.1.1.4.	Dignidade da pessoa humana .....	205
2.1.1.4.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da dignidade da pessoa humana .....	207
2.1.1.4.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana e o aborto de feto anencéfalo .....	208
2.1.1.4.3.	Princípio da dignidade da pessoa humana e o art. 25 da LCP (Decreto-lei 3.688, de 1941)....	212
2.1.1.5.	Individualização da pena .....	214
2.1.1.5.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da individualização da pena .....	216
2.1.1.5.2.	Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade da progressão de regime em crime hediondo .....	217
2.1.1.5.3.	Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade da vedação de substituição de pena privativa por restritivas de direitos no tráfico de drogas .....	220
2.1.1.5.4.	Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade do regime inicial fechado como opção automática para os crimes hediondos e equiparados .....	221
2.1.1.6.	Relativização do princípio da reserva legal na “tipificação” da homofobia e da transfobia .....	222
2.1.1.7.	Rompimento com a constitucionalidade e a legalidade no inquérito das <i>fake news</i> .....	225

2.2.	Decisões com fundamento dogmático deficiente na análise de elementos do injusto penal.....	229
2.2.1.	Exigência de elemento subjetivo especial no art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993 (novo art. 337-E do Código Penal) .....	230
2.2.2.	Insegurança na configuração da tentativa de latrocínio .....	236
2.3.	Decisões que mitigam a dogmática em matéria de execução penal e que buscam estabelecer políticas públicas diante do cenário complexo do sistema carcerário brasileiro .....	243
2.3.1.	A existência de um estado de coisas inconstitucional .....	246
2.3.2.	Obrigação de fazer reforma em estabelecimento penal .....	252
2.3.3.	Repercussão geral em matéria de regime semiaberto .....	254
2.3.4.	Análise crítica das decisões do STF na política pública carcerária.....	258

### **Capítulo 3 – DOGMÁTICA PENAL COMO FUNDAMENTO E LIMITE À CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA PENAL ANCORADA EM PRINCÍPIOS NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 261**

3.1.	A função da dogmática penal na construção das decisões penais.....	263
3.1.1.	Função argumentativa.....	266
3.1.2.	Função de segurança jurídica na tutela de bens jurídicos penais individuais e coletivos .....	268
3.2.	A função dos princípios penais na construção das decisões penais.....	272
3.2.1.	Função estruturante do sistema penal.....	273
3.2.2.	Função limitadora do poder de punir do Estado.....	276
3.2.3.	Função de ferramenta de interpretação das categorias penais .....	278
3.3.	Equilíbrio entre dogmática e princípios político-criminais na construção da jurisprudência penal brasileira como forma de aproximação da segurança jurídica almejada.....	283

3.3.1.	Em busca de harmonia entre propostas ontológicas e normativistas .....	284
3.3.2.	O ônus de argumentar com a dogmática penal como caminho para a segurança jurídica.....	288
<b>CONCLUSÕES.....</b>		<b>295</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>303</b>
<b>REFERÊNCIAS: JURISPRUDÊNCIA.....</b>		<b>321</b>
<b>REFERÊNCIAS: LEGISLAÇÃO E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS.....</b>		<b>333</b>